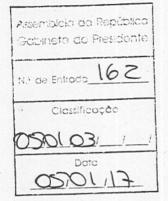


MENCIONE-SE PUBLIQUE-SE EXPEÇA-SE



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República Dr. João Bosco Motal

Requerimento n° 499/IX (3 \underline{a}) – AC de 17 de Janeiro de 2005

Assunto: As decisões do Governo PSD/PP em relação à administração da Empresa

Pública Estradas de Portugal.

Apresentado por: Deputados José Magalhães e António Galamba (PS)

Em matéria de nomeação de pessoas para cargos públicos, o momento eleitoral exige de todos os membros do Governo especial contenção e respeito pela lei.

Suscitam por isso especial polémica as nomeações injustificáveis, à pressa, para a nova empresa pública Estradas de Portugal.

Contrariando desmentidos veiculados através do Gabinete do Ministro António Mexia face a alertas anteriores, vive-se hoje uma situação anómala. (1) uma nova Administração tomou assento nas instalações da empresa Estradas de Portugal desde o início de Janeiro, sem que conheça acto de nomeação e tomada de posse (que aliás não podem ocorrer por o Governo demitido não dispor de poderes para tal); (2) o anterior Presidente do Instituto de Estradas de Portugal abandonou as funções de gestão corrente - em que por lei deveria manter-se - devido a ter sido nomeado pelo Conselho de Ministros gestor da intervenção operacional de acessibilidade e transportes do QCAIII. Para tudo ser mais estranho ainda, no comunicado do CM em que alegadamente foi nomeado este gestor, não há qualquer alusão a tal nomeação, pondo em dúvida a certeza da data invocada...

Importa que o Governo explique como puderam gerar-se anomalias desta gravidade

Face ao exposto, nos termos regimentais e constitucionais, requere-se ao PRIMEIRO MINISTRO a prestação de informação urgente e circunstanciada sobre as decisões que tomou em relação à administração da Empresa Pública Estradas de Portugal.

Os Deputados

Os Deputados